

Autoria em redações do Enem e enunciação escrita uma possível conjugação a partir da perspectiva de Benveniste

Míriam Silveira Parreira

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

PARREIRA, M.S. Autoria em redações do Enem e enunciação escrita: uma possível conjugação a partir da perspectiva de Benveniste. In: AGUSTINI, C., and ERNESTO, B., eds. *Incursões na escrita acadêmico-universitária: letramento, discurso, enunciação* [online]. Uberlândia: EDUFU, 2017, pp. 153-171. ISBN: 978-65-86084-26-9. <https://doi.org/10.7476/9786586084269.0010>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Autoria em redações do Enem e enunciação escrita: uma possível conjugação a partir da perspectiva de Benveniste

Míriam Silveira Parreira

Quando fui para a escola pública, já tinha a noção vaga de um universo de palavras que era preciso conquistar. Durante o curso, minhas professoras costumavam passar exercícios de redação. Cada um de nós tinha que escrever uma carta, narrar um passeio, coisas assim. Criei gosto por esse dever, que me permitia aplicar para determinado fim o conhecimento que ia adquirindo do poder de expressão contido nos sinais reunidos em palavras [...] (Andrade, 1981, p.6-7).

O fragmento do texto de Drummond retrata um indivíduo que, ao fazer os exercícios de redação, desenvolveu um gosto pelo dever de escrever o que era solicitado pelas professoras à medida que, dessa forma, era permitido a ele aplicar de forma adequada o conhecimento do poder de expressão das palavras quando bem articuladas. Parto da ideia apresentada, para anunciar a proposta deste trabalho: a escrita autoral da redação. Em meu entendimento, desde que tenha sentido, a apropriação do aparelho formal da língua é um poder de expressão que permite ao locutor constituir-se autor de seu texto, ou não, à medida que encaminha uma ação sobre o leitor, isto é, institui-se como “eu” para emergir como sujeito no discurso.

Para essa análise, situada no campo teórico da Linguística da Enunciação, conjecturo, pela via de Benveniste (1989, 1995, 2014), que se o candidato que escreve o texto segue todas as regras da avaliação a que é submetido, tem-se a impressão de que ele se constitui autor do texto que produz, mas não necessariamente, pois essa condição da enunciação escrita implica um modo como o saber manejar a língua incide nesse aluno a ponto de ele se subjetivar, ou não, e constituir-se autor.

Meu interesse por discutir a autoria em redações deve-se ao fato de que, ao participar de bancas corretoras de redação, presenciei inúmeras discussões a respeito de como avaliar esse quesito. Ao questionar corretores de redação e também coordenadores de bancas corretoras de avaliação de redação obtive respostas diferentes e ouvi também que talvez não haja autoria em redações de processos seletivos. Entretanto, ao ler o Guia do Participante do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), ao longo do documento, o aluno que faz a prova é tratado como “participante”, mas duas afirmações contidas nele são passíveis de análise e reflexão:

Apresenta informações, fatos e opiniões relacionados ao tema proposto, de forma consistente e organizada, configurando autoria, em defesa de um ponto de vista. [...] O quinto aspecto a ser avaliado no seu texto é a apresentação de uma proposta de intervenção para o problema abordado. Por isso, a sua redação, além de apresentar uma tese sobre o tema, apoiada em argumentos consistentes, deve oferecer uma proposta de intervenção na vida social. Essa proposta deve considerar os pontos abordados na argumentação, deve manter vínculo direto com a tese desenvolvida no texto e coerência com os argumentos utilizados, já que expressa a sua visão, como autor, das possíveis soluções para a questão discutida (Guia do participante, 2013, p.19-22).

Outra avaliação chamou minha atenção: a nota máxima ao participante que tem repertório. Refere-se à avaliação da segunda competência, que atribui nota máxima (200 pontos) ao participante pelo que se encontra transcrito no Guia do Participante: “Desenvolve o tema por meio de argumentação consistente, a partir de um repertório sociocultural produtivo, e apresenta excelente domínio do texto dissertativo-argumentativo” (Guia do participante, 2013, p.17).

E nota máxima também ao participante que desenvolve bem a

quarta competência, conforme o que se encontra escrito no Guia do Participante (2013, p.21): “Articula bem as partes do texto e apresenta repertório diversificado de recursos coesivos”. Essa avaliação relacionada ao repertório também será abordada nesta pesquisa porque pode ter relação com ser autor, ou não, daquilo que é produzido na avaliação de redação.

Outra consideração importante a ser feita é que ENEM solicita a produção de um texto em prosa, do tipo dissertativo-argumentativo. Na redação, o aluno deve defender uma opinião, uma tese a respeito do assunto proposto, apoiando-se em argumentos consistentes organizados de forma coerente e coesa. O texto, então, deve caracterizar-se pela objetividade. Nesse sentido, assumo que essa condição figurativa da enunciação escrita pode funcionar como elemento das questões da intersubjetividade de Benveniste. Por esse motivo, trabalharei, nas análises das redações, com as definições de subjetividade e de autoria.

Ressalto que a subjetividade de que se trata não se opõe à objetividade solicitada pelo gênero textual, uma vez que a objetividade do gênero é só um apagamento, uma espécie de não explicitação do “eu”. Isto é, acredito que a subjetividade propiciadora de autoria pode estar presente, ou não, no texto elaborado. Para fundamentar essa afirmação e refletir sobre a condição figurativa da enunciação escrita em redações produzidas no Exame Nacional do Ensino Médio, vou me valer do lugar teórico da Linguística da Enunciação, levando em conta a definição de Benveniste (1989, p.82) de que enunciação é “colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização da língua”.

Considero, portanto, junto com Benveniste (1995), a enunciação como ato individual de uso da língua e que a subjetividade consiste na capacidade do sujeito de assumir a posição de autor e tornar a escrita única e significativa. A subjetividade, segundo o linguista, ocorre notadamente na relação entre *eu* e *tu*, consiste na maneira de organizar a língua a ponto de torná-la um discurso que tenha uma relação de consonância com a realidade social.

Benveniste (1995) defende, ao contrapor linguagem e instrumento, que a palavra só assegura a comunicação se estiver habilitada a isso por meio da linguagem, pois a palavra é uma atualização da linguagem. Vista dessa forma, aproxima-se da noção de enunciação enquanto serve como instrumento de atualização da língua em discurso, pelo locutor, que a toma para si e constitui-se sujeito. A capacidade de mobilizar a língua e produzir

um enunciado, qualificando-se como “eu” para emergir como sujeito no discurso define a subjetividade. Esse ato individual pressupõe uma ação sobre a língua, que pode ser denominada uma apropriação no momento da enunciação. Ao enunciar, aquele que produz um texto, qualifica-se como “eu” e institui o outro, um “tu” com quem fala. A enunciação, sendo irrepitível porque é nova cada vez que o aparelho formal eu-tu-ele-aqui- agora é instaurado, é uma alocação que possibilita a conversão individual da língua em discurso.

Ao tratar da enunciação escrita, Benveniste (1989, p.90) afirma que nela “o que escreve se enuncia ao escrever e, no interior de sua escrita, ele faz os indivíduos se enunciarem”. O quadro formal que está esboçado no artigo “O aparelho formal da enunciação” apresenta a subjetividade e a intersubjetividade como constitutivas da língua e menciona, em específico, a escrita, abrindo perspectivas para a análise das formas complexas do discurso. A partir da perspectiva benvenistiana, examinarei a constituição, ou não, de certo efeito de autoria em redações produzidas por candidatos que fizeram a prova do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), a partir da condição figurativa da enunciação escrita desses textos.

Mobilizando, então, as definições de Benveniste (1989, 1995, 2014), proponho que enunciação e autoria possam conviver e ser conjugadas em uma teoria do discurso. Arrisco definir como autor aquele que aproveita a oportunidade para, em condição figurativa da enunciação escrita, expressar sua opinião, atuando como sujeito do discurso.

A tentativa de conjugar autoria e enunciação origina-se da visão comungada com leitores benvenistianos que vêm apresentando a escrita da redação como uma experiência de linguagem, o lugar de sujeito que se constitui *na e pela* língua.

Fundamentação teórica

De acordo com Agustini e Borges (2013), enxergo na teoria de Benveniste (1989;1995; 2014): “sustentação para compreender que tal experiência de linguagem se constitui da possibilidade de situar-se subjetivamente na e pela linguagem” (Agustini; Borges, 2013, p.3).

No artigo “O aparelho formal da enunciação”, Benveniste apresenta a subjetividade e a intersubjetividade como constitutivas da lín-

gua. Isso significa que o estudioso já visualizava a enunciação escrita e que ela também implica uma relação de intersubjetividade entre os indivíduos ao se enunciarem. O ato individual, para o linguista que define enunciação como ato individual de colocar a língua em funcionamento, pressupõe uma apropriação da língua no momento da enunciação. Isso pode ser observado na fala e estender-se para a escrita quando o locutor maneja a língua com a finalidade de produzir um enunciado. Logo, pode-se pensar a escrita também como um lugar de enunciação com características específicas.

Nesse sentido, a linguagem possibilita ao indivíduo constituir-se como falante e como sujeito. Essa noção postulada por Émile Benveniste direciona os estudos sobre a linguagem tanto para a enunciação quanto para a intersubjetividade. Ele trata a intersubjetividade como constitutiva da linguagem ao afirmar que o que encontramos no mundo é um homem falando com outro homem. O que propõe, então, é uma concepção de linguagem que veja o indivíduo como sujeito porque “é um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem” (Benveniste, 1989, p.285).

Ao afirmar a relação locutor/alocutário, em que eu se torna “eu” quando se dirige a alguém, Benveniste preconiza essa polaridade como fator fundamental para a intersubjetividade, isto é, a relação de alocação entre “eu” e “tu” é que torna possível a comunicação linguística.

O fato de o locutor dizer “eu” estabelece uma relação de intersubjetividade, pois o “eu” sempre “fala de” ou “a alguém”, em uma relação que se atualiza e se alterna. A subjetividade de formas como “eu” e “tu” é que torna possível ao locutor propor-se como sujeito porque são somente possibilidades da língua até o momento em que o locutor toma a palavra e produz um enunciado. Para Benveniste (1989, p.86) ao “colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” o locutor emprega muito mais do que as formas possíveis, que só significam *na* e *pela* enunciação, porque as converte em discurso. Benveniste (1989) assim define situação de discurso:

circunstância irrepitível de apropriação da língua que instaura a interlocução e a instância espacial e temporal coextensiva e contemporânea da enunciação. A língua coloca em relevo uma dissimetria que está na natureza desigual da experiência (Benveniste, 1989, p.88).

Desse modo, institui o quadro formal da enunciação – definida em relação à língua utilizada individualmente – como um processo de apropriação. Processo em que, ao atuar *na* e *pela* linguagem, o locutor produza algo que signifique, enunciando-se, de um lado, por meio dos índices específicos tratados por Benveniste: de pessoa (eu-tu), de ostensão (este, aqui...), manifestados em um tempo sempre “presente”, designando um “eu-tu-ele-aqui-agora”, tendo em vista que a enunciação está sempre se modificando. E, de outro, por meio de um aparelho de funções, como interrogação, intimação e asserção, que implicam o locutor posicionar-se no discurso e constituir o outro, correferindo ao enunciar-se.

No sentido de funções, as formas linguísticas preexistentes possibilitam a “semantização”, isto é, tornar singular o que é comum a todos. É pelo aparelho formal da enunciação que o locutor busca constituir-se como sujeito e instaurar o outro diante do ato individual de utilização da língua. A apropriação depende da relação entre a intersubjetividade, constituída na enunciação e a subjetividade das formas possíveis na língua. Em outras palavras, é a relação intersubjetiva que possibilita a subjetividade.

E a constituição da subjetividade pela escrita ocorre na relação que os locutores estabelecem. Por esse motivo, almejo, na teoria enunciativa de Benveniste, o fundamento teórico que permitirá, considerando as redações como condição figurativa de enunciação escrita, analisar se há nelas uma constituição, ou não, de certo efeito de autoria, que é essa condição figurativa.

A análise que pretendo fazer, da perspectiva teórica benvenistiana, tem como propósito demonstrar – tendo em vista que o modelo de análise depende do ponto de vista do pesquisador – o ato de enunciação como individual e possibilitador da singularização do locutor que, ao manejar a língua e produzir discurso, torna-se sujeito de linguagem e, a meu ver, pode se constituir autor de sua redação.

Penso que essa conjugação pode contribuir para que a escola passe a tratar a escrita, de acordo com Endruweit (2006), como um acontecimento enunciativo. Além disso, a devida importância dada aos aspectos discursivos da redação pode contribuir também para uma forma de avaliar autoria em redações escolares e no ENEM. Portanto, partirei da teoria da enunciação de Benveniste, basicamente do texto “O aparelho formal da enunciação” (1989), em que a noção de enunciação é apresentada como ato individual de utilização da língua e também do que ele postula sobre escrita nas “Últimas aulas” no *Collège de France* (2014).

Benveniste (1989), ao enfatizar a necessidade de estudo de muitos outros desdobramentos em relação à enunciação, aponta para a necessidade de distinguir enunciação falada de enunciação escrita e amplia as perspectivas de análise. São palavras dele:

Seria preciso também distinguir a enunciação falada da enunciação escrita. Esta se situa em dois planos: o que escreve se enuncia ao escrever e, no interior de sua escrita, ele faz os indivíduos se enunciarem. Amplas perspectivas se abrem para a análise das formas complexas do discurso, a partir do quadro formal esboçado aqui (Benveniste, 1989, p.90).

É com base no que foi esboçado por Émile Benveniste que proponho analisar a maneira de o locutor apropriar-se da língua na escrita da redação do ENEM para enunciar sua posição de sujeito de seu discurso. Ressalto a afirmação do estudioso, de que a Linguística é a ciência que tenta compreender a linguagem para possibilitar seu estudo como sendo o de objetos concretos. Uma ciência que pretende reunir tudo que se relaciona à linguagem e se ocupar do fenômeno que a constitui sem negligenciar a linguagem que se transforma em escrita.

Na tentativa de analisar a enunciação escrita, comungo com o ponto de vista de Knack (2012) no que se refere às formas complexas do discurso citadas por Benveniste (1989, p.90), por isso entendo também que tais formas linguísticas podem ser tanto orais quanto escritas. Dessa forma, para proceder à análise da redação que constitui o *corpus* deste trabalho, adotarei os conceitos de subjetividade, de “sujeito” e de enunciação de Benveniste. Enunciação para o linguista é o próprio ato de utilização individual da língua, que antes da conversão é apenas possibilidade da língua.

Em seu artigo “O aparelho formal da enunciação”, já citado antes, na passagem em que Benveniste (1989, p.90) apresenta a subjetividade e a intersubjetividade como constitutivas da língua, ele faz uma menção específica à escrita. Situa a escrita em dois planos: o que escreve se enuncia e no interior de sua escrita faz os indivíduos se enunciarem. Afirma que esse quadro formal que esboça abre perspectivas para a análise das “formas complexas do discurso”.

Nunes e Flores (2012) entendem a expressão “formas complexas do discurso” mencionada por Benveniste (1989) como objeto de estudo da metassemântica. Para os autores, Benveniste anunciou o estudo no

texto “Semiologia da língua” (1995) ao propor dois tipos de análise para ultrapassar a noção de signo que o “Curso de Linguística Geral” (2006), publicado por discípulos de Saussure, apresentou como princípio único de que dependeriam a estrutura e o funcionamento da língua. São elas:

- na análise intralinguística, pela abertura de uma nova dimensão da significância, a do discurso, que denominamos semântica, de hoje em diante distinta da que está ligada ao signo, e que será semiótica;- na análise translinguística dos textos, das obras, pela elaboração de uma metassêmica que se construirá sobre a semântica da enunciação (Benveniste, 1989, p.67).

Tomarei como base para análise, as considerações da passagem transcrita por entender que as redações do ENEM também são textos que se encontram entre as formas complexas do discurso. Segundo Nunes e Flores (2012), os dois tipos de enunciação se diferenciam em alguns aspectos. Na enunciação oral há um locutor e um alocutário, enquanto que na escrita há um autor e um leitor. O tempo em uma e outra enunciação também as diferencia. Na oralidade a troca é direta, já na escrita ela supõe o tempo da leitura.

Para Nunes e Flores (2012), a enunciação escrita instaura duas enunciações, a do autor do texto e a das outras enunciações presentes no texto. De acordo com Cervo (2013), que analisou redações de vestibular, analisarei a enunciação do participante do ENEM tendo em vista a redação como ato e como produto do ato.

Enquanto ato, analisarei as relações entre “eu” e “tu” estabelecidas pelo locutor. Segundo Benveniste (1989), o ato de produzir enunciados ou processo de apropriação da língua por meio de índices específicos e procedimentos acessórios é o que permite a enunciação, que converte a língua em discurso. Esse movimento só é possível com a intervenção do locutor. Esse ato individual de utilização da língua para enunciar instaura o “tu” para falar do “ele”. Ao instaurar o “eu” e o “tu” relacionados entre si, Benveniste (1995) formula a noção de (inter)subjetividade. Enquanto produto do ato, meu olhar estará voltado para o modo de conversão da língua em discurso para a instauração do sentido.

A partir dessas considerações, pode-se dizer que a (inter)subjetividade depende da situação de alocação entre “eu” e “tu”. Knack (2012) explica que o que difere as categorias de pessoa (“eu-tu”) e não pessoa

(“ele”) encontra-se na referência entre as categorias. A de pessoa situa-se no nível pragmático da linguagem e remete à própria instância de discurso, enquanto a de não-pessoa pode ser encontrada no nível sintático. Nela o referente pode ser objetivo porque não depende da instância de discurso. Para Benveniste (1995), o que define a subjetividade é a capacidade do locutor propor-se como “sujeito”. As aspas são colocadas pelo linguista para tratar o sujeito como uma categoria linguístico-discursiva. Segundo Benveniste (1995, p.286) “É na linguagem que o homem se constitui como sujeito”. Isso indica que a subjetividade se estabelece na e pela linguagem.

A Teoria da Enunciação de Benveniste, portanto, ao relacionar semantização e sintagmatização e, com isso, estabelecer relação entre forma e sentido, pode auxiliar na fundamentação de um estudo da língua que permita ao aluno um estudo mais significativo e contribua para a produção de um bom texto. Sendo assim, a compreensão dessa relação pode tornar a escrita da redação mais significativa, pois vista dessa maneira, o ensino e a produção de textos estarão voltados para o quê (semantização) e para o como dos textos (sintagmatização), como asseverou Mello (2012).

Portanto, para o desenvolvimento de meu trabalho, vou me valer principalmente da definição de Benveniste (1995) acerca de subjetividade, tendo como objetivo geral a discussão, tendo em vista a redação do ENEM como condição figurativa de enunciação escrita, do modo como o “eu” consegue estabelecer uma relação de interlocução com o “tu”, ao colocar a língua em funcionamento em um ato individual, e remeter a algo singular para constituir-se autor de seu texto. Para a análise, considerarei, então, os movimentos enunciativos escritos pelo participante do ENEM.

Nesse caminho, meus objetivos específicos, na perspectiva da redação vista como ato de enunciação, são: a) refletir sobre a necessidade de olhar para a proposta e a produção da redação do ENEM como instauradoras do ato de enunciação em contexto de avaliação; b) reconhecer e analisar os movimentos enunciativos, de singularidade presentes nas redações e discutir em que medida estão relacionadas à noção de autoria; c) discutir como se dá a relação do locutor com a proposta de redação e o modo de interação dele com o interlocutor ao manejar a língua para constituir-se sujeito e produzir sentido, tornando-se autor do texto que produz; d) verificar em que medida os movimentos singulares

de manejo da língua em redações do ENEM não considerados pela banca avaliadora como autoria apontam para um trabalho de elaboração de texto como constituição de autor e refletir sobre a existência de autoria, ou não, nessas redações; e) analisar de que modo o repertório do participante do ENEM pode incidir na elaboração de seu texto a ponto de possibilitar que ele se subjetive, ou não, em um certo efeito de autoria.

Metodologia de pesquisa

Na análise que pretendo fazer, tecerei considerações acerca dos elementos que constituem o quadro formal da enunciação: a) o ato de leitura da instrução e compreensão da proposta, juntamente com a instauração do participante do ENEM como locutor que se instancia como “eu” e dirige-se a um “tu”, que é o avaliador da redação; b) os movimentos enunciativos escritos pelo participante do ENEM/locutor da redação; c) o modo como o saber incide no candidato a ponto de ele se subjetivar, ou não, em um certo efeito de autoria.

Na análise, procurarei identificar as marcas de intersubjetividade deixadas pelo sujeito no processo de apropriação da língua, tomando por base a teoria de Benveniste. Entendo que isso só é possível porque a proposta de redação apresentada supõe a relação “eu-tu/ele”, vista como posicionamento intersubjetivo. Nesse sentido, verificarei como o candidato, na prova de redação do ENEM, institui-se locutor na instância enunciativa para se instaurar como sujeito e instaurar o outro naquilo que diz.

Como meu propósito não é quantitativo e sim qualitativo, selecionei para análise um texto que foi considerado pela banca do ENEM como configurador de autoria. Para não apresentar um trabalho apenas de constatação, vou me debruçar, em outro momento de minha pesquisa de doutorado, na análise de outras redações que, segundo a banca do ENEM, não têm autoria, para pensar em autoria e subjetividade tendo em vista a visão enunciativa benvenistiana.

Uma proposta de análise

A seguir, por se tratar apenas de um esboço de análise, apresentarei uma leitura possível de um texto que foi avaliado com nota máxima em todos os critérios do ENEM.

A proposta da prova de redação do ENEM/2013 exigiu a produção de um texto em prosa, do tipo dissertativo-argumentativo, sobre os efeitos da Lei Seca. E exigiu, ainda, que o participante defendesse uma tese, uma opinião acerca do tema proposto. As cinco competências analisadas foram:

Competência 1: Demonstrar domínio da norma padrão da língua escrita.
Competência 2: Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento, para desenvolver o tema dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo. Competência 3: Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista. Competência 4: Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação. Competência 5: Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos(Guia do participante, 2013, p.8).

Registro, então, um esboço de análise na perspectiva enunciativa, conforme Émile Benveniste (1989, 1995, 2014), mais particularmente segundo conceitos explorados na fundamentação teórica deste trabalho. Meu objetivo é verificar se na redação analisada o sujeito-autor emerge/aparece, possibilitado pela intersubjetividade, no modo singular de mobilizar as escolhas linguísticas e consegue instaurar no outro aquilo que é dele, na tentativa de atender às exigências do ENEM e encaminhar uma ação sobre o leitor, produzindo sentido. A meu ver, esse movimento pode ser um modo de se constituir autor.

O propósito deste trabalho é que a escrita da redação seja pensada como enunciação escrita. É nisso que vou me basear para a análise: existe um sentido estabelecido pela língua e um sentido construído na enunciação, que é adaptável porque implica um sujeito. Sob esse prisma, a estrutura formal da língua se estende ao uso que o locutor faz dela, semantizando-a e atualizando o sentido no discurso.

Assim, a redação do ENEM, objeto de estudo nesta tese, será tomada como enunciação escrita em que o “eu” mobiliza a língua no intuito de instaurar o “tu” e marcar seu lugar, mesmo que se refira ao que já foi dito anteriormente, pois o modo de utilizar a língua nunca se repete.

Dessa forma, o professor, ao considerar o texto que o aluno produz na escola como produto de enunciação, não pode ignorar sua posição de

interlocutor diante do aluno que aprende a redigir. Considero estar em situação semelhante o corretor que avalia redações do ENEM. Logo, na prática da correção, a subjetividade emerge. E a partir dela, a diferente formação de cada avaliador pode interferir na análise do texto como autoral ou não.

Isso implica que o trabalho de escrita da redação subentende uma interlocução e a tentativa de redigir um bom texto aos olhos de quem vai avaliar. Logo, a relação entre o autor da redação e o leitor-avaliador e a posição de cada um estarão implicadas nas formas da língua. Essa forma de expressão singular é permitida no e pelo uso da língua.

A proposta de redação do ENEM/2013 solicita ao participante, na enunciação escrita, a elaboração de um texto de gênero dissertativo argumentativo, a partir de uma problemática que é apresentada em relação aos efeitos da implantação da Lei Seca e de textos motivadores. Na redação, aquele que escreve deve expor seu ponto de vista sobre o assunto em questão, que foi escolhido pela instituição que elaborou a proposta, isto é, o tema é compulsório, não há escolha, a proposta é coercitiva. O participante do ENEM deve, então, escrever para um leitor que tem conhecimento da proposta. Na redação, deve assumir uma posição e argumentar na tentativa de sustentar o que está dizendo.

No ENEM, a proposta exige do participante o uso dos conhecimentos construídos ao longo de sua formação para a defesa de um ponto de vista. Assim se estabelece o processo de escrita e avaliação da redação do ENEM, sob um olhar da perspectiva da enunciação, o participante lê a proposta e executa o que foi solicitado. Na proposta, o locutor que representa a instituição convoca o “tu”, por meio do modo imperativo, a se enunciar. Essa relação instaura um diálogo entre o “eu” e o “tu”. Como não há enunciação sem diálogo, a proposta da instituição configura-se como um ato de enunciação que convoca o participante a dissertar sobre os efeitos da implantação da Lei Seca no Brasil e, ao final do seu texto, propor uma intervenção para o problema.

Além da instrução direta para a redação do texto, a proposta apresenta textos motivadores, articulados entre si para tratar dos problemas que dirigir alcoolizado podem acarretar e apontam algumas ações para evitar que as pessoas dirijam alcoolizadas. São textos que podem ajudar o participante do ENEM a argumentar, mas sem copiá-los. Funcionam como subsídios para o candidato desenvolver a redação. Assim, a proposta de redação pode ser vista, do ponto de vista da enunciação, como um “eu” que convoca um “tu” a dissertar sobre os efeitos da Lei Seca.

A redação transcrita a seguir foi avaliada com nota 1000, isto é, obteve nota máxima em todos os critérios. O que significa que foi avaliada como configurando autoria. Como o ENEM não avalia título e há poucas linhas para o desenvolvimento do tema bem como tempo exíguo para fazer 180 questões e ainda a redação, a sugestão de muitos professores é que o aluno/participante do ENEM não perca tempo com a elaboração de um título para seu texto. Por esses motivos, a redação analisada não possui título.

A implantação da Lei Seca no Brasil é algo que reflete a imprudência dos motoristas ao dirigirem embriagados. Extremamente positiva para o país, ela já mostrou que é imprescindível para que muitas pessoas passem a valorizar mais a própria vida e a das outras. Acontece que essa lei, infelizmente, ainda não mobilizou todos como deveria.

É indiscutível, então, que a Lei Seca não poderia deixar de ser aplicada no Brasil. Isso porque os motoristas do país dificilmente adquirem consciência sem que punições sejam implantadas. Assim, com um menor número de pessoas dirigindo embriagadas e, dessa forma, comprovadamente com os reflexos comprometidos, reduziu-se a necessidade de atendimentos hospitalares, já que se nota uma diminuição na incidência de acidentes decorrentes do consumo de álcool.

Essa diminuição dos acidentes provocados por pessoas embriagadas resulta, por sua vez, em menos mortes no trânsito. Dessa maneira, com tantos pontos favoráveis à sociedade brasileira, é perceptível que muita gente já aderiu à campanha do “motorista da rodada”, em que um amigo deixa de beber para dirigir para sua turma. Também foi noticiada, recentemente, a existência de bares que se adaptaram à nova realidade e possuem motoristas prontos para levar o cliente em casa. Sem contar, ainda, os estabelecimentos que fazem parcerias com táxis. Isso tudo ajuda a comprovar que, mesmo com o atual enrijecimento da Lei Seca, agora intolerante a qualquer quantidade de álcool no organismo, não é difícil respeitá-la, evitar multas e cadeia e, ainda, preservar vidas.

O lado triste dessa história é que continuam existindo aqueles que não foram tocados pela lei. Uma simulação feita em um noticiário em televisão aberta mostra que poucas pessoas se mobilizam para ajudar a mulher que não quer deixar o marido dirigir bêbado. E não se descarta, além da falta de consciência de alguns como os da reportagem, a falta de bafômetros e de fiscalização em várias cidades.

Portanto, para que a Lei Seca, tão benéfica, possa atingir a todos, seriam necessárias mais campanhas midiáticas, além de mais etilômetros e fiscalização que englobasse todos os municípios do Brasil. É claro que isso representa um grande investimento, mas nunca é demais que se garanta o direito humano mais nobre: a vida.

Ao aprender características do tipo dissertativo-argumentativo na escola, o aluno é orientado a ser objetivo, impessoal, isto é, a usar a terceira pessoa. Como estou propondo uma análise em termos enunciativos, é possível dizer que o uso da terceira pessoa, na redação transcrita, marca o apagamento do “eu”, um disfarce da subjetividade configuradora de autoria, mas ele está presente no texto. A tentativa é ser impessoal. Isso significa que “entrar no jogo” acarreta uma tensão enunciativa. O sujeito que emerge no texto deve ser objetivo e ao mesmo tempo deve defender um ponto de vista, isto é, subjetivar-se. Afinal, esse autor que não é o do sentido literário, mas aquele que se marca na linguagem, é um sujeito, na posição de autor, que maneja a língua ao seu modo ao redigir o texto que foi solicitado no ENEM.

Na perspectiva enunciativa, o quadro de enunciação instaura-se, mesmo não havendo a marca “eu” que remete à subjetividade, desde a proposta da instituição que tem um locutor que é apagado. Com esse olhar, do ponto de vista da enunciação benvenistiana, pode-se dizer que a partir da proposta, a redação apresentada foi escrita por um locutor e participante do ENEM instituído em uma relação de (inter)subjetividade entre o “eu” institucional e o “tu” avaliador do texto. Cabe ressaltar que a redação apresenta correção gramatical, clareza nas frases construídas, organização e progressão na argumentação, além de ser coerente, atender à proposta e às características do gênero. Possui também estrutura composicional que facilita o entendimento da abordagem.

Como a avaliação de um texto considerado bom deve ultrapassar os aspectos gramaticais e textuais e atingir os aspectos discursivos, pode-se dizer também que a estrutura composicional atende à organização do gênero elaborado. Além disso, cabe ressaltar que a argumentação foi aprofundada quando o “eu”, mesmo não deixando explícito o “eu” ao manifestar seu ponto de vista, põe-se a exemplificá-lo em vários momentos da abordagem que faz acerca da temática da prova de redação. Assim, é possível dizer que há presença do “eu”, implícita, no texto. O movimento que realiza ao manejar a língua e produzir sentido para que lê o seu texto pode ser considerado movimento do sujeito em direção à autoria.

No texto, no desenvolvimento da abordagem, pode-se perceber um sujeito que incorpora outros argumentos para sustentar seu ponto de vista e produzir efeitos de sentido variados. O texto contém exemplos de efeitos causados pela implantação da Lei Seca, como o “motorista

da rodada”, a existência de bares que se adaptaram à nova realidade e a parceria com táxis que os estabelecimentos fizeram. Portanto, na redação há um entrelaçamento de discursos variados, o que pode ser visto como manejo da língua de um sujeito autor ao utilizar movimentos enunciativos para constituir-se sujeito e construir sentido, instaurando o “eu” que escreve para o “tu”.

O texto revela a presença de um sujeito enunciador que avalia com discernimento os efeitos positivos da implantação da Lei Seca, exigência da proposta, e ainda consegue abordar com clareza o fato de que há, ainda, pessoas que não foram tocadas pela lei. O discernimento com que avalia o que foi proposto e a forma clara de avaliar a questão, em meu entendimento, pode ser sua marca autoral, tendo em vista que o participante, ao introduzir a abordagem já se posiciona a favor da implantação da lei justificando o porquê: com a implantação da Lei as pessoas poderão valorizar mais a vida.

Há uma tomada de posição reforçada pelas marcas expressivas “extremamente”, “imprescindível”, “infelizmente”, “acontece que”. No uso desses operadores discursivos existe um sujeito que se posiciona diante do tema. As asserções são traços de construção de autor presentes no texto do participante do ENEM. É a partir delas que o sujeito enunciador se posiciona frente ao tema. É importante dizer, também, que as asserções, presentes em todos os parágrafos da redação são uma maneira que o locutor encontrou de demonstrar o quanto aderiu ao que estava enunciando. Seu posicionamento encontra-se marcado em cada asserção. O 1º parágrafo é inteiramente assertivo.

O início do 2º parágrafo parece trazer a voz do enunciador avaliando a certa decisão da implantação da Lei, quando se lê a expressão “é indiscutível”. Em seguida, o texto traz a ideia de que não é costume do brasileiro tomar consciência, por isso, a necessidade de que punições sejam implantadas. Essa afirmação não é apenas expositiva, nem é oriunda de “modelos”, pois há nela argumentação. Pode-se dizer que é uma marca de subjetividade presente no enunciado. A meu ver, todas as expressões típicas do gênero dissertação escolar, bem como a afirmação de que as punições sejam implantadas e também em todos os momentos que no texto em questão há construções que pretendam ser imparciais por parte do enunciador, há um tratamento subjetivado da proposta temática. Em outras palavras, há um movimento de autoria presente na enunciação escri-

ta. Ele advém da relação de tensão entre o que é característica do gênero e exigência do ENEM e a possibilidade de defender um ponto de vista de modo singular, próprio.

A proposta de redação do ENEM/2013 exige que o participante defenda um ponto de vista acerca dos efeitos da implantação da Lei Seca no Brasil. Podemos ver explicitamente a opinião do locutor, por exemplo, na primeira frase do 2º parágrafo. Ainda que não haja a presença do “eu”, a afirmação é um forte sinal de autoria porque trata do locutor posicionando-se como sujeito e se dirigindo a um outro na tentativa de agir sobre ele, que é o leitor-avaliador.

Em relação ao fato de o “eu” não estar explícito no texto, pode-se dizer, a partir da leitura feita, que o texto cria referência e ela é mantida ao longo da dissertação. Mesmo com a ausência de marcas do locutor, a relação de enunciação é instaurada. Benveniste (1995) afirma que a consciência de si mesmo só é experimentada em contraste. Para ele, a enunciação fornece as condições necessárias de que o locutor pode fazer uso para influenciar o alocutário.

O 3º parágrafo traz argumentos incorporados de discursos que estão à volta do sujeito constituído no texto para sustentar seu posicionamento. Ao incorporar argumentos outros e dizer o que o outro disse, o participante usa outras palavras e outras estruturas linguísticas para expressar-se. No desenvolvimento da redação, o sujeito enunciador busca a adesão do interlocutor ao manejar a língua de modo específico, o que pode ser considerado movimento de autoria. São eles a exemplificação e a incorporação de fatos. O locutor se apropria da língua para configurar o seu lugar, assumir a língua e enunciar, marcando sua singularidade frente ao “tu” e buscando se inscrever *na e pela* linguagem.

No 4º parágrafo, o locutor parte de fatos para informar que há, ainda, pessoas que não foram tocadas pela implantação da Lei. De modo coerente, ele termina o texto chamando a atenção para a necessidade de a lei atingir a todos. Para isso, propõe ações a serem desenvolvidas em prol de um alcance maior dos benefícios da implantação da Lei e termina o texto chamando a atenção para o fato de que agir implica investimentos e os considera muito importantes para a garantia do direito mais nobre do ser humano, ideia que permeou todo o texto: o direito à vida.

Em relação à unidade e progressão, é possível considerar que, de acordo com Orlandi (1987), o texto apresenta funcionamento de autoria

porque a progressão funciona como um alicerce para a defesa do ponto de vista que norteia a redação: o efeito maior da implantação da Lei é a valorização da vida.

A leitura da redação permite observar que, para esse participante-locutor-sujeito, a implantação da Lei Seca é extremamente positiva para o país porque já surtiu resultados e porque, assim, muitas pessoas passarão a valorizar mais a própria vida e a das outras.

A singularidade está presente no modo de dizer isso. No texto, os modalizadores apontam a necessidade de campanhas, etilômetros e fiscalização para que a Lei Seca atinja a todos. A construção do texto indica o locutor/participante do ENEM encaminhando sua ação sobre o leitor/avaliador. É, portanto, um forte sinal de autoria se a leitura privilegiar o fato de que na produção da redação o locutor faz escolhas para construir sua referência no discurso. Pode-se dizer que há, então, no texto, uma ação do locutor que se instancia como “eu” para dirigir-se a uma banca de avaliadores. Dentre outros recursos, utiliza pronomes possessivos, formas subjetivas de modalização, marcas de espaço e tempo, na tentativa de marcar como seu o dizer, de constituir-se como sujeito.

Segundo Benveniste (1989), o ato de produzir enunciados ou processo de apropriação da língua por meio de índices específicos e procedimentos acessórios é o que permite a enunciação, ou seja, que converte a língua em discurso. Esse movimento só é possível com a intervenção do locutor. Esse ato individual de utilização da língua para enunciar instaura o “tu” para falar do “ele”. Enquanto produto do ato, a meu ver, o modo de conversão da língua em discurso do participante do ENEM contribuiu para a instauração do sentido e pode ser considerado uma construção de autor.

Logo, ao organizar a língua a seu modo, de maneira singular, para expressar seu ponto de vista constituindo-se sujeito, o participante do ENEM se configura como autor, tendo em vista o quadro figurativo da enunciação. Assim, destaco que o olhar enunciativo para a redação analisada permite observar que o participante do ENEM atende à proposta escrevendo o texto a seu modo. Nesse sentido, a leitura enunciativa da redação pode suscitar algumas reflexões. O texto foi escrito na terceira pessoa, mas já se inicia com o posicionamento de quem escreve na afirmação de que é dever do governo cuidar da população.

A redação foi elaborada em uma condição figurativa da enunciação escrita. Aquele que escreve almeja, ao produzir o texto, ser avaliado com

nota que lhe permita ingressar em um curso superior. Ao ler a proposta iniciou-se o quadro figurativo da enunciação. De início, um “eu” dirigiu-se a um “tu” apresentando uma proposta de escrita. Em seguida, o locutor produziu um texto na tentativa de promover uma ação sobre o leitor/avaliador.

Na leitura e na análise feitas, foram observadas questões relacionadas à subjetividade de que trata Benveniste. Nesse momento, optei por apontar aspectos pontuais, mas é importante ressaltar que há outros movimentos de autoria que poderão ser observados. Por esse motivo, para a avaliação da autoria, deve-se evitar critérios engessados ou se restringir à visualização de marcas linguísticas no texto.

Na redação em análise, não houve utilização da marca “eu” e tampouco foi estabelecido um diálogo direto com o leitor. Isso ocorreu devido ao fato de o participante do ENEM ter sido orientado a optar pela impessoalidade na escrita do gênero dissertação argumentativa quando aprendeu as características do gênero dissertativo argumentativo. No entanto, pode-se dizer que há na redação um locutor instituído em uma relação de intersubjetividade entre o “tu”, órgão do governo responsável pelo ENEM e o “tu” que vai avaliar suas redações.

Diante da complexidade que avaliar autoria se apresenta, pretendo me debruçar na reflexão apresentada. A partir da sistematização das análises, buscarei refletir sobre uma maneira de definir mais especificamente o que seja autoria em uma produção de texto.

Conclusão

Foram apontados, no presente artigo, alguns movimentos da língua em torno da constituição de certo efeito de autoria. Isto é, o candidato que fez a prova do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) aproveitou a oportunidade para, em condição figurativa da enunciação escrita, expressar sua opinião, atuando como sujeito do discurso.

Por meio da análise da redação com nota máxima em todos os critérios do ENEM e, portanto, configuradora de autoria, percebo que há complexidades quanto ao conceito de autoria e o que se avalia como autoria em se tratando de avaliação de redações. Há também a questão do repertório, que precisa ser estudada com a finalidade de reflexão sobre como ela incide na elaboração do texto do participante do ENEM que precisa expressar, como autor, sua visão sobre o assunto da prova de redação.

Pensando nisso, ao desenvolver minha tese de doutorado pretendo mobilizar as definições de Benveniste (1989, 1995, 2014) para propor que enunciação e autoria possam conviver e ser conjugadas em uma teoria do discurso. Dessa forma, que a escrita da redação seja pensada como condição figurativa de enunciação escrita. E que essa escrita, irrepetível, possa ser vista como uma experiência de linguagem, o lugar de sujeito que se constitui *na e pela* língua como autor do que produz.

Referências

- AGUSTINI, C. L. H; BORGES, S. Z. S. *Gênero redação ENEM: a experiência de linguagem em uma escrita institucionalizada*. Letras & Letras, Uberlândia, MG, v.29, n.2, p.1-18, 2013.
- ANDRADE, Carlos Drummond. *Para gostar de ler*. São Paulo: Ática, 1981, v.4, p.6-7.
- BENVENISTE, Émile. Da subjetividade na linguagem. In: _____. *Problemas de linguística geral I*. Campinas, SP: Pontes, 1995.
- _____. O aparelho formal da enunciação. In: _____. *Problemas de linguística geral II*. Campinas, SP: Pontes, 1989.
- _____. *Dernières Leçons – Collège de France 1968 et 1969*. Paris: Éditions Gallimard e Éditions du Seuil, 2014.
- CERVO, Anna. *A redação no vestibular: uma análise para além do enunciado*. Dissertação de mestrado. São Leopoldo: 2013.
- ENDRUWEIT, Magali Lopes. *A escrita enunciativa e os rastros da singularidade*. Tese de Doutorado. UFRGS, 2006.
- KNACK, Carolina. *Texto e enunciação: as modalidades falada e escrita como instâncias de investigação*. Dissertação de mestrado. UFRGS, 2012.
- MELLO, Vera Helena Dantee de. *Sintagmatização-semantização: uma proposta de análise de texto*. Tese de Doutorado. UFRGS, 2012.
- NUNES, Paula Ávila; FLORES, Valdir do Nascimento. *A especificidade da enunciação escrita em textos acadêmicos*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo, v.8, n.1, p.235-252, jan./jun. 2012.
- ORLANDI, Eni. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. Campinas: Pontes, 1987.